



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

INGRID SOUZA NEVES LUZ

**POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR:
ESTUDO DE CASO SOBRE A SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA
ALIMENTAR VIVIDA NO CAMPUS DO MALÊS/UNILAB**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

INGRID SOUZA NEVES LUZ

**POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR:
ESTUDO DE CASO SOBRE A SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA
ALIMENTAR VIVIDA NO CAMPUS DO MALÊS/UNILAB**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zelinda dos Santos Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

INGRID SOUZA NEVES LUZ

**POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR:
ESTUDO DE CASO SOBRE A SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA
ALIMENTAR VIVIDA NO CAMPUS DO MALÊS/UNILAB**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Aprovado em: 08/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Zelinda dos Santos Barros (Orientadora)

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB

Prof.^a Dr.^a Jucélia Bispo dos Santos

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB

Prof. Dr. Ismael Tcham

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	OBJETIVOS	7
2.1	GERAL	7
2.2	ESPECÍFICOS	7
3	JUSTIFICATIVA	7
4	REFERENCIAL TEÓRICO	13
5	METODOLOGIA	18
6	CRONOGRAMA	19
	REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa propõe a análise da política de permanência estudantil da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) por meio do estudo da situação de insegurança alimentar provocada pela suspensão do serviço do Restaurante Universitário (RU), em agosto de 2023. Com isto, forneceremos uma análise crítica dos pontos fortes e fracos desta política, identificando aspectos que carecem de melhoria e sugerindo estratégias para replicação em outras universidades.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é uma instituição de ensino superior do Brasil com foco na integração, pesquisa e extensão em diversos campos de conhecimento. Criada pela Lei nº 12.289, em 20 de julho de 2010, começou a funcionar em 25 de maio de 2011. Sua sede está localizada na cidade de Redenção, no estado do Ceará, onde também funcionamos *campi* da Liberdade e dos Palmares e o *campus* das Auroras, na cidade de Acarape.

No dia 12 de maio de 2014, a UNILAB inaugurou o seu primeiro campus fora de sede: o campus dos Malês, em São Francisco do Conde, Bahia. A missão específica da UNILAB, de acordo com a legislação que a criou, é formar recursos humanos para promover a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com destaque para os países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Além disso, a universidade tem como propósito fomentar o desenvolvimento regional e incentivar o intercâmbio cultural, científico e educacional.

Uma das características marcantes da UNILAB é seu inegável potencial para se destacar como uma das melhores do Brasil. No entanto, um dos desafios identificados é a sua estrutura precária. Diferentemente de outras universidades *multicampi*, cujos *campi* estão localizados no mesmo estado, a UNILAB tem sede administrativa e *campi* no Ceará e campus na Bahia, o que interfere no seu pleno funcionamento. A universidade conta com um corpo docente altamente qualificado, composto por professores doutores de destaque, mas enfrenta desafios significativos em termos de infraestrutura para acomodar e proporcionar aulas em condições adequadas aos discentes. O reconhecimento da excelência acadêmica é um ponto forte desta instituição, cujos cursos têm sido bem avaliados pelo Ministério da

Educação (MEC), inclusive os cursos do campus dos Malês¹. Para se tornar uma das melhores universidades do Brasil, a universidade carece de infraestrutura e recursos que proporcionem uma experiência de aprendizado de alto nível aos alunos.

A situação de insegurança alimentar, desencadeada pela suspensão do serviço do RU no campus dos Malês (BA), representa um episódio crítico que evidencia a ligação direta entre a qualidade do auxílio alimentação oferecido e a eficácia da política de permanência estudantil da UNILAB. A suspensão não apenas impactou o acesso dos estudantes a refeições adequadas, mas também gerou uma mobilização significativa, com a ocupação do campus e a busca por soluções alternativas de alimentação, destacando a importância crucial do suporte alimentar para a vida acadêmica e a permanência dos estudantes na universidade.

A estrutura precária do campus dos Malês, destacada pela falta de investimentos adequados, emerge como um fator central na análise da situação de insegurança alimentar provocada pela suspensão do RU. Tal situação não apenas contribui para a ocorrência de eventos como a suspensão do RU, como também compromete a capacidade da universidade em proporcionar um ambiente propício à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes. Ao examinar os desafios e limitações enfrentados pela UNILAB, em particular no Campus dos Malês, buscamos compreender de que maneira a estrutura precária impacta diretamente a implementação de uma política de permanência estudantil efetiva.

A relevância desse estudo reside na importância de não apenas identificar os obstáculos que as instituições de ensino superior públicas podem encontrar na adoção de práticas antirracistas, mas em oferecer insights que contribuam para o avanço desta política fundamental, abordando os desafios, discutindo suas implicações e explorando possíveis estratégias para superá-los, em busca de uma UNILAB verdadeiramente antirracista.

¹ Nas últimas avaliações feitas pelo MEC, os cursos então avaliados obtiveram excelentes notas: Pedagogia e Licenciatura em Ciências Sociais, nota 5 (nota máxima), e Bacharelado em Relações Internacionais e Bacharelado em Humanidades, nota 4, respectivamente.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar a política de permanência estudantil da UNILAB e sua repercussão entre as/os beneficiárias/os a partir do auxílio alimentação prestado no Restaurante Universitário (RU) do campus dos Malês (BA).

2.2 ESPECÍFICOS

- Avaliar a eficácia da política de permanência estudantil da UNILAB, considerando fatores como gênero, raça, classe social e origem geográfica dos beneficiários;
- Analisar as experiências e percepções das/os beneficiárias/os da política de permanência estudantil em relação à qualidade e adequação das refeições fornecidas pelo RU do campus dos Malês (BA);
- Identificar os obstáculos encontrados pelas/os beneficiárias/os da política de permanência estudantil no acesso ao auxílio alimentação e no uso do RU.

3 JUSTIFICATIVA

Em 1808, foram criadas as primeiras escolas médicas no Brasil, uma em Salvador e outra no Rio de Janeiro, financiadas pelo Príncipe Regente D. João VI. Em 1843, foram propostas outras universidades pelo senador Manoel do Nascimento Castro e Silva, abrangendo academias militares e da marinha. É essencial destacar que, na origem, a universidade teve seus marcos epistêmicos nas culturas grego-romana e europeia.

Durante o império, a Bahia testemunhou o estabelecimento de novas instituições, como a Faculdade de Medicina da Bahia (1808), a Faculdade de Direito da Bahia (1827) e a Faculdade de Engenharia da Bahia (1877). Essas iniciativas

surgiram para atender às demandas do Estado e da sociedade baiana em processo de modernização. A educação superior na Bahia continuou a evoluir na era republicana, com a criação de instituições como a Faculdade de Farmácia e Odontologia da Bahia (1911) e a Faculdade de Letras da Bahia (1917).

No período de entre guerras (1920-1945), a Bahia presenciou a expansão contínua da educação superior, com a fundação de entidades como a Faculdade de Economia da Bahia (1930) e a Faculdade de Agronomia da Bahia (1931). Após a Segunda Guerra Mundial, a educação superior na Bahia continuou a prosperar, com o estabelecimento de novas instituições, tais como a Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia (1950) e a Faculdade de Educação da Bahia (1956).

Contudo, a educação ensino superior na Bahia foi caracterizada por um processo constante de expansão e diversificação. As instituições de ensino superior desempenharam um papel vital no desenvolvimento do estado, contribuindo para a formação de profissionais capacitados e impulsionando o crescimento econômico e social, e no bojo das lutas da população negra por emancipação, no período republicano, iniciativas em prol de cotas raciais e sociais visaram modificar a natureza elitista das instituições de ensino superior. Normalmente, alunos que frequentavam escolas particulares ocupavam vagas em universidades públicas. De forma contraditória, aqueles provenientes de instituições públicas muitas vezes encontravam nas faculdades privadas a sua única opção de continuidade acadêmica.

Antes de ser cogitada a criação da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), o Brasil, passou por uma série de transformações no ensino superior. Conforme afirmam Gomes e Vieira (2013, p. 85),

O primeiro ciclo de expansão compreende o intervalo entre a criação das primeiras instituições até ao início dos anos sessenta do século XX; o segundo se localiza de meados dos anos sessenta a meados dos anos noventa do século XX; o terceiro corresponde ao intervalo entre meados dos anos noventa e meados da primeira década dos anos dois mil; e, o quarto e mais recente momento se localiza entre meados da primeira década dos anos dois mil até os anos mais próximos (início da segunda década dos anos dois mil).

A criação da UNILAB decorreu do processo de expansão mais recente do ensino superior, momento em que as classes trabalhadoras adentraram em maior número às universidades públicas, o que renovou o público destas instituições com

estudantes de baixa renda, periféricas/os, pretas/os e pardas/os, membros de comunidades indígenas, quilombolas, etc. Alguns dados comprovam esse processo de democratização:

Nos anos 2000, a maioria dos estudantes universitários tinha maior renda domiciliar per capita, representando cerca de 75%. Contudo, ao longo da década, essa participação diminuiu gradualmente, abrindo espaço para estudantes de menor poder aquisitivo. Em 2015, Pnad informa, os jovens mais ricos eram 39% do corpo discente. Nos anos seguintes, essa presença se estabilizou em 40%, enquanto os dois quintos correspondentes à população mais humilde aumentaram, passando de 1,1% para 6% (20% mais pobres) e de 1,6% para 10,1% (segundo quintil mais baixo) entre 1995 e 2015. A desigualdade persiste, com os quintos mais pobres representando atualmente 15%, em comparação com o ideal de 40%. (INEP, 2022)

Este quadro tem relação direta com a atuação dos movimentos negros, que reivindicam os seus direitos das pessoas negras e, ao mesmo tempo, reparação histórica, devido ao racismo estrutural no Brasil. Ao analisar a trajetória do Movimento Negro, Domingues (2007, p.122) afirma que sua evolução é marcada pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em diferentes momentos históricos, de várias estratégias em prol da integração do negro e extinção do racismo na sociedade brasileira.

A ascensão de lideranças pretas foi resultado de um processo de resistência de longa data da militância antirracista. Lélia Gonzalez (1935-1994), ao refletir sobre o racismo brasileiro, mobilizou forças políticas para o seu enfrentamento e atuou como uma liderança negra destacada no Movimento Negro Unificado (MNU), uma das organizações mais engajadas na luta contra as opressões à população negra. Gonzalez deixou um legado significativo, expondo as nuances do racismo por meio de sua atuação e, ao mesmo tempo, evidenciando as lacunas e omissões presentes no cenário brasileiro, que muitas vezes são esquecidas. As organizações políticas continuam enfrentando essas questões, demonstrando uma resiliência constante na luta contra as injustiças e desigualdades raciais. A persistência também é uma das características deste movimento social, que garantiu direitos que haviam sido historicamente negados. Ao refletir sobre o racismo, Lélia Gonzalez (1979, p. 8) vai nos dizer que

No Brasil, o racismo -- enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas -- passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses. "Nas sociedades de classes, a ideologia é uma

representação do real, mas **necessariamente falseado**, porque é necessariamente orientada e tendenciosa – e é tendenciosa porque seu objetivo não é dar aos homens o **conhecimento objetivo** do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, para mantê-los em seu “lugar” no sistema de exploração da classe” (Althusser, L., 1967, p. 39-40). Vale ressaltar que a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internacionalização por parte dos atores (tanto os beneficiários quanto os prejudicados), que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento imediatos.

Nesse contexto, percebemos que o acesso à educação superior é essencial para construir uma sociedade mais igualitária. As políticas de permanência estudantil desempenham um papel crucial, garantindo que estudantes de diversas origens socioeconômicas tenham a oportunidade de frequentar a universidade, promovendo a igualdade de oportunidades.

A UNILAB é uma universidade que tem como princípio a reparação histórica, principalmente no campus dos Malês, cujo nome designado ao local simboliza uma homenagem a um evento histórico de resistência negra e fomenta a resistência, existência e persistência no meio acadêmico. Quando o excelentíssimo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pensou na instituição, a projetou como o espaço de um possível intercâmbio cultural e uma forma de amenizar os prejuízos causado pelo Brasil com a escravidão. Segundo o Artigo 2º, da Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010,

Art. 2º -A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

Localizada em um dos estados brasileiros com uma população negra significativa, a UNILAB enfrenta desafios substanciais relacionados à assistência estudantil e infraestrutura. Tal situação requer análise apurada. O diferencial da UNILAB reside em sua missão de emancipação da comunidade afrodiáspórica. A universidade não apenas proporciona formação acadêmica como também empodera seus estudantes para se tornarem agentes de mudança na luta contra o racismo. Esse compromisso é particularmente evidente no campus dos Malês, com sua atuação dedicada às Humanidades e Linguística (IHL).

Com sua missão dedicada à integração e internacionalização, a UNILAB

destaca-se como uma instituição comprometida com a promoção da igualdade racial. No entanto, essa missão encontra-se confrontada por desafios práticos que impactam diretamente a eficácia das políticas de permanência estudantil. A singularidade da UNILAB, exemplificada no campus dos Malês, reflete não apenas uma história de resistência, mas também a necessidade urgente de enfrentar obstáculos relacionados à política de assistência estudantil e à infraestrutura. Isto torna imperativa uma análise crítica desses desafios para fortalecer a capacidade da UNILAB de cumprir plenamente a sua missão.

O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), apresenta-se como elemento que visa contribuir para os processos educacionais, focados, inicialmente, na mitigação das dificuldades financeiras que repercutem na permanência e no êxito dos discentes, pois “é sabido que alunos de baixa condição socioeconômica acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção” (FONAPRACE, 2012, p. 109).

A política de permanência estudantil da UNILAB é composta por várias ações. O Programa de Assistência ao Estudante (PAES), um programa gerenciado e implementado pela Coordenação de Políticas Estudantis (COEST/PROPAE), é financiado com recursos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e regulamentada pelo Decreto nº 7.234/10 e o seu propósito principal é oferecer suporte aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos de graduação presencial na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O PAES segue as diretrizes estabelecidas na Resolução *ad Referendum* nº 31, de 30 de julho de 2021, e é regulamentado por um edital específico. O Programa de Assistência ao Estudante (PAES) disponibiliza seis tipos de auxílios para estudantes: Auxílio Moradia, Auxílio Instalação, Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Auxílio Social, Auxílio Emergencial e Auxílio Inclusão Digital. A intenção é que essa política possa contribuir para a permanência estudantil dos discentes.

Segundo a Seção de Registro Acadêmico, o campus da UNILAB na Bahia possui 981 matrículas ativas de estudantes brasileiros e internacionais, no qual, segundo o site da instituição, o “Processo Seletivo de Inserção e Renovação 2023.2”, voltado à renovação dados cadastrais e à permanência do PAES abriu um total de 133 vagas para renovação de estudantes brasileiros e internacionais e para adesão,

na quantidade de 35 vagas para Auxílio Moradia; 35 para Auxílio Instalação; 2 vagas para Auxílio Transporte; 4 vagas para Auxílio Social e 44 vagas para Auxílio Alimentação.

Como beneficiária das políticas de ação afirmativa na educação, minha jornada acadêmica tem sido uma luta constante, que abrange diversos aspectos. Como uma estudante da classe trabalhadoras e filha de uma mãe solteira que sacrificou sua própria vida para dar um futuro melhor às suas filhas, a importância da persistência é uma lição que recebi desde cedo. Sempre que me deparo com obstáculos que parecem insuperáveis e sinto a tentação de desistir, lembro-me do compromisso que tenho de não ser apenas mais um número na estatística de evasão acadêmica. A experiência de fazer parte de um grupo de estudantes que resistiu ao sistema que tenta nos desencorajar, transformando-nos em peças de um quebra-cabeça que alimenta a estatística de abandono, impulsiona minha determinação. Eu me recuso a seguir esse caminho. Em vez disso, estou empenhada em superar as barreiras que surgem no meu caminho e alcançar o sucesso acadêmico.

Este projeto de pesquisa se justifica a partir da necessidade de realizar uma avaliação crítica e contextual do significado histórico e cultural da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), especialmente no contexto da expansão da educação superior no Brasil e das relações com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O desenvolvimento do tema é oportuno, uma vez que em 2023 se comemora o marco de treze anos de funcionamento desta instituição única, permitindo um primeiro balanço das realizações, oportunidades e desafios que enfrenta em sua missão de integração e internacionalização. Portanto, este projeto de pesquisa constitui-se também numa análise crítica e reflexiva sobre o percurso da UNILAB, destacando tanto seu potencial como seus desafios na construção de uma instituição de ensino superior singular e internacionalmente relevante. A busca por um ambiente acadêmico antirracista é uma preocupação crescente em instituições de ensino superior em todo o mundo. Em um momento em que a diversidade é celebrada e a equidade é uma meta compartilhada, as instituições de ensino superior públicas desempenham um papel fundamental na promoção de uma cultura de inclusão e na luta contra o racismo sistêmico.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico a seguir fornece a base conceitual necessária para a análise da política de permanência estudantil na UNILAB, considerando o papel fundamental do Estado, as definições de políticas públicas, políticas de ação afirmativa e a legislação que respalda o acesso e a permanência no ensino superior.

Para uma abordagem aprofundada das políticas públicas, é essencial compreender o conceito e suas implicações. Segundo Rosa, Lima e Aguiar (2021), destacam a diversidade de significados atribuídos à palavra "política" em português e inglês, especialmente nas acepções de "polity", que enfoca as instituições políticas; "politics", abordando os processos políticos; e "policy", referente ao conteúdo das políticas públicas e também a uma prática decisória estabelecida.

Polity está voltada ao contexto estatal, ou seja, o parlamento, os partidos políticos, a instituição administrativa do Estado, bem como ministérios, secretarias e a Constituição Federal. Também se refere às ideologias partidárias, eleição, sistema, conduta das lideranças diante um interesse do público-alvo, ou seja, de conseguir ser governante seja presidente da república, senador, deputado, etc. Deste modo, em outras palavras define:

[...] o foco está no conteúdo das políticas públicas, nas suas formas de implementação bem como na avaliação de suas condições de funcionamento, eficácia e efetividade. Quando falamos dessa dimensão, estamos nos referindo à política pública em si. (Rosa, Lima e Aguiar, 2021)

Na literatura especializada, não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública (Secchi, Coelho e Pires, 2014). Consequentemente, o termo é utilizado como uma diretriz de implementação de programas voltado para uma situação pública que carece uma atenção estatal, que muitas das vezes pode ser acionada por certo grupo afetado, quando não se tem interferência do Estado, que esteja prejudicada com ela e solicita uma solução, bem como, pode haver resultado de ação e inação da intencionalidade. No Brasil, destaca-se como exemplo de política pública a criação do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Ministério da Educação e Cultura, por meio da Lei nº 5.537/1968, visando investir e financiar projetos nacionais de ensino e pesquisa para atender às demandas de formação profissional e avanço do país.

O governo do presidente Michel Temer (2016-2019) implementou uma série de medidas de contenção de gastos que afetaram significativamente o financiamento do ensino superior público, resultando em efeitos adversos tanto no acesso quanto na qualidade do ensino. Dentre as principais ações adotadas pelo governo Temer, destaca-se a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), impondo um limite aos gastos públicos por um período de 20 anos. Essa decisão teve impactos diretos nos orçamentos das universidades públicas, que foram forçadas a reduzir seus dispêndios com pessoal, investimentos e custeio. Outra medida relevante foi a extinção do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), responsável pela expansão do número de vagas nas universidades federais. A eliminação do REUNI resultou em uma diminuição no número de vagas disponíveis nas universidades federais. Além disso, houve uma redução no orçamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), um programa destinado a fornecer financiamento estudantil para aqueles de baixa renda. Essa redução orçamentária dificultou ainda mais o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior.

As repercussões dessas medidas foram significativas, incluindo a redução no número de vagas nas universidades públicas. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de vagas nas universidades federais diminuiu de 1,1 milhão, em 2016, para 950 mil, em 2022. Além disso, houve um aumento nas desigualdades no acesso ao ensino superior. A redução de vagas nas universidades públicas e a extinção do REUNI tiveram um impacto negativo, especialmente na capacidade dos estudantes de baixa renda de ingressarem no ensino superior.

A qualidade do ensino superior também foi prejudicada, refletida na redução do orçamento das universidades públicas. Isso resultou em uma série de consequências, como a diminuição da oferta de cursos, a sobrecarga dos professores e a falta de investimentos em infraestrutura. Em resumo, as políticas de austeridade implementadas pelo governo Temer deixaram evidentes malefícios para o ensino superior. Tais medidas afetaram adversamente o acesso, a qualidade e a democratização do ensino superior público no Brasil, no qual é direito da inclusão estabelecido na constituinte 1888 e está sendo violado, pior congelado por 20 anos, a importunação do suplente interino Michel Temer, que possui um lugar de presidência convalidamente, de tirar uma primeira mulher na presidência por impeachment, metir

com seu aliados que ela fez crime de pedalar fiscais, sendo que ela destinou o recurso para os mais carente, e depois que ela saiu, essa lei foi apagada, e ainda assim, não satisfeito, evidenciando, desprezo para aqueles mais precisam tirando o acesso ao passaporte do mundo que é a educação. Uma violencia que o contra mulher, de fato a misoginia, patrimonialista, machista e intolerante contra os pobres.

É relevante salientar que, no ano de 2016, após o impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff e a ascensão do seu Vice-Presidente Michel Temer ao cargo de Presidente, uma revisão das políticas públicas no ensino superior foi implementada, resultando na redução de recursos financeiros destinados à manutenção de bolsas estudantis. Nesse contexto, tanto a administração anterior quanto a subsequente se depararam com desafios semelhantes, relacionados ao enfrentamento de obstáculos que podem impactar a continuidade ou interrupção do percurso acadêmico dos ingressantes, afetando, em especial, a conclusão de cursos de ensino superior federal. Essa problemática pode ser analisada sob a ótica do racismo institucional.

Para Dyane B. Reis (2009), doutora em Educação pela UFBA e professora da UFRB, a universidade pode representar apenas mais uma etapa da vida escolar para as famílias mais abastadas ou familiarizadas com o meio acadêmico. Entretanto, representa um grande acontecimento para famílias negras onde a/o universitária/o é o primeiro a ingressar no ensino superior, “já que no seu imaginário ela estava ausente, distante, pouco provável”.

As políticas de ação afirmativa, enquanto projeto de correção das iniquidades que impedem o acesso de grupos específicos, notadamente quilombolas, indígenas, afrodescendentes e pessoas em situação de instabilidade econômica às universidades, são abordadas na perspectiva de afirmar o direito à educação para esses grupos minoritários. Ademais, destaca-se que tais políticas buscam modificar critérios que, anteriormente, direcionavam cotas para o público abastado, notadamente proprietários de terra. Tal direcionamento, conforme estabelecido pela Lei Nº 5.465, de 03 de julho de 1968, perdurou até 1985.

Até o advento das cotas no ensino superior, as universidades federais eram exclusivamente acessíveis à camada social mais abastada. Ao longo do tempo, inúmeras transformações ocorreram, culminando na era das ações afirmativas, que permitiram a inclusão de indivíduos negros no ensino superior. No entanto, mesmo nos dias atuais, essa inclusão enfrenta desafios consideráveis. Estudantes da

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) expressam as dificuldades associadas à manutenção de sua permanência no ensino superior, predominantemente atribuídas a fatores socioeconômicos. Além disso, a infraestrutura da universidade é apontada como deficitária, caracterizada pela ausência de uma biblioteca adequada, computadores inoperantes e a inexistência de um restaurante universitário. A oferta limitada de vagas para auxílios estudantis, associada a valores insuficientes para suprir as necessidades dos estudantes, especialmente aqueles que se encontram fora de sua cidade de origem, compõe um cenário desafiador. O ingresso dos estudantes revela uma notável diversidade em termos de faixa etária, gênero, raça e classe social. Entretanto, uma característica comum entre esses ingressantes é a condição de serem os primeiros de suas famílias a alcançarem o ensino superior em sua geração.

A UNILAB, em sua constituição, assume o compromisso de valorizar estas vivências e preservar a memória coletiva negra, em sua responsabilidade, em sua capacidade mover corpos pretos, cada qual com realidade de narrativa, por ser uma universidade integralmente de ação afirmativa, “escurecendo” a visão para uma permanência sem adoecimento, mas, sem assistência estudantil, será uma universidade aniquiladora.

No dia 13 de novembro de 2023, foi sancionado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva o Projeto de Lei nº 5.384/2020, que atualiza a Lei de Cotas em caráter permanente, não mais provisório, o que reforça o direito ao acesso e à permanência estudantil no ensino superior. A política de assistência estudantil no ensino superior é um dos fatores cruciais que mantêm um/a estudante vinculado/a ao ensino federal. Ingressar no ensino superior é apenas o primeiro passo, pois é fundamental assegurar a permanência. A vida adulta impõe desafios financeiros, desde a aquisição de material acadêmico até despesas cotidianas como alimentação, moradia, passagem de ônibus e acesso à internet. Para estudantes que não contam com o suporte de uma família de classe abastada, é o Estado que desempenha um papel crucial nesse contexto, garantindo condições que possibilitam não apenas a entrada, mas também a manutenção do aluno no ensino superior.

Carvalho (2022) discorre sobre as percepções de estudantes universitários na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em relação às políticas afirmativas. Dentre essas percepções, alguns estudantes as consideram favoráveis, enquanto outros, apesar de compartilharem a mesma visão favorável, destacam, contudo, a

necessidade de ampliação de vagas e de aumento de recursos financeiros, além de destacarem a demora na concessão de benefícios para aqueles que preenchem os critérios. Há relatos de que a demora, por vezes, resulta na não ocupação total das vagas disponíveis e em recursos financeiros insuficientes.

A permanência estudantil, entendida como resultado de ação estatal, busca atender segmentos historicamente marginalizados para mitigar desigualdades sociais. O Ministério da Educação (MEC) define a política de assistência estudantil como uma política pública que concede auxílio financeiro a estudantes, particularmente quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica em instituições federais de ensino superior, visando contribuir para a permanência e diplomação desses estudantes (MEC, 2023).

Segundo informações disponíveis no site oficial do Ministério da Educação, o "Programa Bolsa Permanência" é uma política pública destinado para estudantes quilombolas, indígenas, pretos, e para aqueles que tem carência econômica, com a finalidade de ajuda de custo durante ensino superior federal para pagar as dispersas dos graduandos, diminuir evasão estudantil em decorrência da estrutura socioeconômica do aluno para corpo social e tornar o ciclo superior democrático. Assim, esse programa tem com resultado de inserção e inclusão do/a estudante por duas situações pagamentos déficit histórico e para aqueles que atendo os requisitos de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, per capita que não ultrapasse 1,5 de salário-mínimo. As premissas do beneficiário têm com os processos para o IFES/Ministério da educação e FNDE que faz o pagamento dos estudantes.

Cespedes, Minhoto e Rosa (2021), no artigo "Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo", destacam a evasão ocorrida no ensino superior a partir dos anos 1990. Instituições superiores que realizaram pesquisa sobre esse assunto (ANDIFES, SESu, ABRUEM) constataram que os efeitos da falta de políticas de auxílio a estudantes de baixa renda nos discentes são sofrimento emocional, perdas sociais, acadêmica socioeconômica e evasão.

Macedo e Soares (2018) argumentam que as ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) não atendem os alunos que migram de estados e municípios distantes da universidade onde estudam, tendo em vista o retrocesso do que foi conquistado entre 2012 a 2016, quando se tinha abundância de vagas e ações de incentivo à permanência estudantil. A implementação de medidas fiscais

restritivas, que congelaram os recursos destinados à educação superior, resultou num processo de estagnação, prejudicando a oferta de bolsas, incluindo aquelas relacionadas a moradia, alimentação, transporte, saúde e creche, que anteriormente contavam com uma quantidade significativa de vagas, e passaram a ser indeferidas posteriormente.

A pandemia de COVID-19, apesar de ter o fim da emergência de saúde pública decretado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em maio de 2023, trouxe desafios substanciais para a educação, tanto no Brasil quanto globalmente. O fechamento de escolas e universidades, a transição para o ensino remoto e a retomada gradual das aulas presenciais com protocolos sanitários foram medidas adotadas para conter a propagação do vírus. Esses impactos foram vivenciados de maneiras diversas por estudantes, professores e gestores educacionais, trazendo à tona alguns desafios importantes, ou seja, a modalidade de ensino remoto demandou acesso à tecnologia e à internet, constituindo um desafio para muitas famílias, especialmente as de baixa renda.

As disparidades educacionais preexistentes foram acentuadas pela pandemia. Estudantes de famílias de baixa renda, frequentemente desprovidos de acesso à tecnologia e à internet, foram os mais impactados. A pandemia também repercutiu negativamente na saúde mental de estudantes e professores. O isolamento social, a incerteza sobre o futuro e o temor da doença podem ter gerado ansiedade, estresse e depressão.

5 METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos definidos neste projeto de pesquisa, será utilizado o método do estudo de caso a fim de explorarmos a complexidade e as particularidades desse contexto. O campus dos Malês foi escolhido como caso de estudo devido à sua representatividade na política de permanência estudantil da UNILAB.

As informações que farão parte do material da pesquisa serão reunidas por meio da análise de documentos, da aplicação de questionários e da realização de entrevistas com estudantes beneficiárias/os da política. A análise de documentos será feita a partir da leitura de documentos institucionais, regulamentos, relatórios de

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jannieiry Cardoso Maciel. **Os desafios do PNAES na Unilab e a atuação do movimento estudantil em suas contradições**. 2016.

ARAÚJO, Sandy Andreza De Lavor, et al. "Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro". **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, vol. 24, no 3, dezembro de 2019, p. 722–43. DOI.org (Crossref), Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000300009>.

ARAÚJO, Tânia Aparecida de et al. (In) segurança alimentar e nutricional de residentes em moradia estudantil durante a pandemia do COVID-19. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e021010-e021010, 2021.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos AL. Origens da universidade brasileira. **Química Nova**, v. 30, p. 1780-1790, 2007.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Edufba, 2009.

BRASIL. Bolsa Permanência - *Legislação*. <http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia/legislacao>.

BRASIL. Ministério da Educação. Inscrições abertas para o Programa Bolsa Permanência. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/inscricoes-abertas-para-o-programa-bolsa-permanencia>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O que é o REUNI? 2010. Disponível em <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 17/11/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Bolsa Permanência - Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia/apresentacao>.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Bolsa Permanência. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>>. Acesso em: [inserir a data de acesso no formato dia/mês/ano].

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: MEC/SEESP, 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>.

BRASIL. Presidência da República. 2023. "Pagamento de uma dívida histórica", diz Lula ao assinar medidas pela igualdade racial. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o->

planalto/noticias/2023/11/201cpagamento-de-uma-divida-historica201d-diz-lula-ao-assinar-medidas-pela-igualdade-racial.

BRASIL. Presidência da República. 2023. Presidente Lula sanciona PL que atualiza a Lei de Cotas. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/presidente-lula-sanciona-pl-que-atualiza-a-lei-de-cotas#:~:text=Cerim%C3%B4nia%20de%20san%C3%A7%C3%A3o%20da%20atualiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei%20de,Pal%C3%A1cio%20do%20Planalto%20Pra%C3%A7a%20dos%20Tr%C3%AAs%20Poderes%20%28Bras%C3%ADi%C3%A7a%20FDF%29>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências.

CARVALHO, Juliéverson Messias de. **Permanência de estudantes negras(os) noCAHL/UFRB**. Cruz das Almas, BA: Editora UFRB, 2022, 76p.

CESPEDES, Juliana Garcia et al. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2021, v. 29, n. 113 [Acessado 28 Novembro 2023], pp. 1067-1091. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902418>>. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm.

DOMINGUES, Petrônio. "Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos". **Tempo**, vol. 12, 2007, p. 100–122. SciELO, <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.

EVARISTO, Conceição. "A escrevivência carrega a escrita da coletividade", [online]. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, v. 34, p. 299-307, 2018.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. "Desafios da Permanência Estudantil Universitária: Um Estudo Sobre a Trajetória de Estudantes Atendidos por Programas de Assistência Estudantil". **Educação em Revista**, vol. 37, 2021, p. e228757. DOI.org (Crossref), Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>.

GOMES, Arilson dos Santos. "A Unilab e as ações de promoção da igualdade étnico-racial (2010-2020)". **Revista Contemporânea de Educação**, 2021p. 105-130. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-0214-2312>.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no **8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association**. Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979.

INEP. Estudo detalha expansão da educação superior no Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/estudos-educacionais/estudo-detalha-expansao-da-educacao-superior-no-brasil>.

LISBÔA, Célia M. Patriarca e Fonseca, Alexandre Brasil. Abordagem de segurança alimentar nutricional nos currículos das universidades federais brasileiras: principais enfoques. **Saúde e Sociedade** [online]. 2020, v. 29, n. 3 [Acessado 28 Novembro 2023], e190570. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190570>>. Epub 12 Out 2020. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104->

MACEDO, Geórgia Dantas, et al. "Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba". **Avaliação**, Campinas/SP, n. 25, v. 02, maio-ago 2020, p. 439-457. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772020000200011>.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

ROSA, J.; LIMA, L.; AGUIAR, R. **Políticas Públicas**: introdução. Porto Alegre: Editora Jacarta, 2021. 95p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/223410>.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. Cengage Learning, 2014.

SOARES, Priscila da Silva; AMARAL, Cledir de Araújo. "A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação". **Educação e Pesquisa**, vol. 48, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202248238181>.

UNILAB - WEB (SPA/DSI/DTI/Unilab), Rafael Oliveira, Seção de Portais e Aplicações. "Campus dos Malês da Unilab completa 9 anos nesta sexta-feira (12/05)". Disponível em: <https://unilab.edu.br/2023/05/12/campus-dos-males-da-unilab-completa-9-anos-nesta-sexta-feira-12-05>.

UNILAB - WEB (SPA/DSI/DTI/Unilab), Rafael Oliveira, Seção de Portais e Aplicações. "Auxílios serão depositados até a próxima sexta-feira (09)". Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2014/05/05/auxilios-serao-depositados-ate-a-proxima-sexta-feira-09/>.

UNILAB. Termo Aditivo 4. Disponível em: https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2023/09/SEI_UNILAB-0763046-Termo-Aditivo-4.pdf. Acesso em: 07/11/2023.